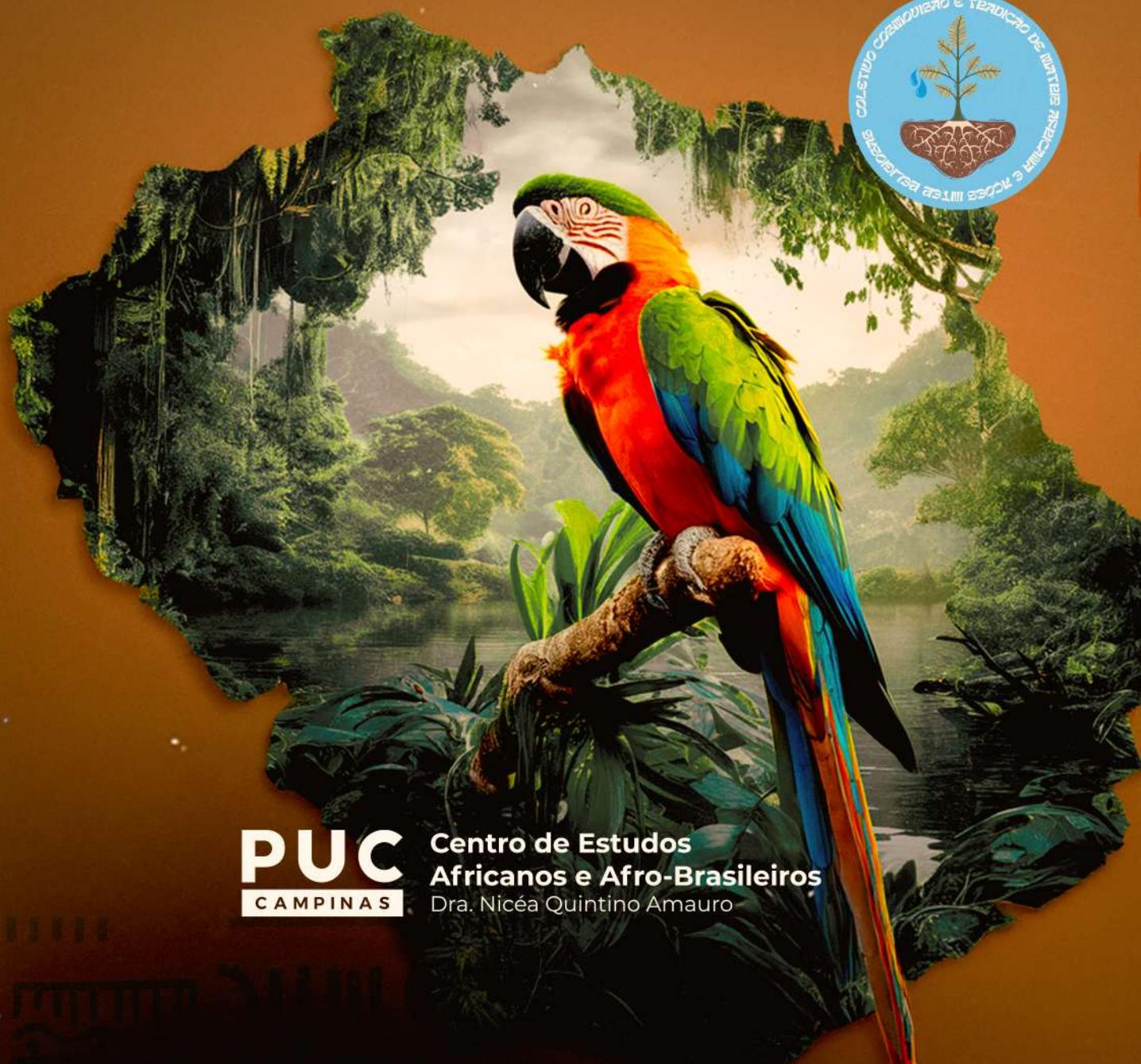


O grito da floresta

**A Natureza Divina, a Natureza Astral,
a Natureza Natural e a Natureza Humana:
o papel primordial da preservação para
o equilíbrio da vida espiritual e material
da vida planetária**



PUC
CAMPINAS

**Centro de Estudos
Africanos e Afro-Brasileiros**
Dra. Nícea Quintino Amauro

Ařanauam, Saravá, Mukuiú, Motumbá, Kolofé, Awure, Axé

**Benção aos mais Velhos, benção
aos mais Novos.**

Saudações senhoras e senhores,

É com imensa alegria e profundo respeito que recebemos o convite para este encontro, em que o objetivo central é falar sobre a Natureza. Sentimo-nos profundamente honrados com uma tarefa dessa importância, dessa dimensão. A natureza é um elo que reúne todos nós seres humanos (encarnados ou não), para além de nossas crenças, origens ou experiências de vida. Afinal de contas, dividimos juntos esse Espaço-Casa chamada Terra, caros Irmãos Planetários.

Entretanto, antes de iniciar a nossa conversa sobre a Natureza propriamente dita, é prudente dizer que reconhecemos a singularidade das opiniões, das interpretações e das formas de expressão sobre o entendimento da Natureza e do Sagrado. Reconhecemos e respeitamos as diferentes formas de expressão como um direito fundamental de todos os indivíduos e grupos, sem esquecer, é claro, que a liberdade e a responsabilidade são atributos inseparáveis.

Sendo assim, somos conscientes de que, ao falar sobre a natureza, também vamos marcar as nossas ideias de particularidades, de singularidades. Isso porque o nosso entendimento sobre esse valoroso tema tem na sua origem uma tradição que possui pilares bem definidos, fundamentados em pensamentos ancestrais que são transmitidos há muito entre gerações.

Por isso, torna-se imperioso alertar que ao falar sobre a Natureza vamos também falar de uma tradição que se alimenta de uma Cosmogonia própria, que se utiliza de conceitos e categorias específicas. Essa tradição é o nosso ponto de partida e o nosso porto seguro.

Sobre o entendimento do termo Natureza:

Quando falamos de Natureza, segundo a nossa tradição, precisamos considerar a multiplicidade de sentidos que esse termo possui no seio da nossa comunidade. Para abranger todos esses sentidos, costumeiramente dividimos a Natureza em quatro aspectos fundamentais:

I – Natureza Divina – Representa o princípio criador e imanente, a força Sagrada que permeia todas as coisas. É a origem transcendente, a ordem cósmica e a inteligência que sustenta a existência, muitas vezes, associada ao Divino ou ao mistério supremo.

Faz parte do que concebemos como Natureza Divina o “Supremo Espírito, aquele que é Eterno, Indivisível, nunca tendo recebido sobre si qualquer agregação ou sopro-vibração de nenhum outro Ser ou Realidade. Aquele que também expressa sua Onisciência, Onipotência e Onipresença por meio das Hierarquias por Ele constituídas”. (MESTRE ARAPIAGA, Protossíntese Cósmica, p. 24).

Faz parte da Natureza Divina os Ra'angás, os Sete Espíritos de Deus, os Senhores da Luz, também conhecidos como os Orixás. Espíritos mais próximos, no âmbito das vibrações, da Divindade Suprema.

II – Natureza Astral – É a “morada” dos portentosos Emissários dos Sete

Espíritos de Deus. São aqueles que se manifestam no nosso plano em nome dos Ra'Angás, conhecidos também através de sua roupagem fluídica como Caboclas e Caboclos, as Mães e Pais Velhos e as Crianças, mentores que se manifestam nos terreiros.

Seus principais atributos são:

As Caboclas e os Caboclos - Senhores da Fortaleza

As Mães e os Pais Velhos - Senhores da Sabedoria

As Crianças – Senhores do Amor

Importante esclarecer que essa é a maneira como reconhecemos e interpretamos a relação com o Sagrado. Ao mesmo tempo, somos cientes de que, em outras escolas, estes atributos estão presentes em outras formas de apresentação das Entidades, como Baianos, Boiadeiros, Ciganos e tantas outras portentosas Entidades que trabalham nas hostes umbandistas

III – Natureza Natural – É o mundo físico, palpável: os rios, as montanhas, os animais e os ecossistemas. Aqui, a Natureza se expressa através da biodiversidade, dos elementos e dos processos físico-químicos, seguindo as leis da matéria.

IV – Natureza Humana – Engloba a mente, as emoções e o espírito do ser humano, bem como sua capacidade de criar, transformar e se relacionar com os outros reinos. É a ponte entre o microcosmo individual e o macrocosmo universal, carregando tanto a luz da consciência quanto a sombra das imperfeições.

Juntas, essas quatro dimensões formam um sistema integrado, onde o sagrado, o cósmico, o terrestre e o humano coexistem em interdependência. Compreender essa divisão permite uma visão mais ampla e profunda do nosso lugar no universo e da nossa responsabilidade perante a vida.

A Natureza, a nossa morada, a Mãe de todos nós:

Compreendemos a Natureza, em sua essência, como expressão do poder volitivo dos Ra'Angás — também conhecidos como Orixás — que se manifestam neste plano por meio de seus Emissários: os Protetores, guardiões e

conhecedores dos sítios sagrados da Natureza. Esses Protetores são os Espíritos Mantenedores da Vibração dos Sítios Sagrados, sustentando a harmonia espiritual que emana desses locais.

Os Emissários da Luz são os responsáveis por estabelecer a sagrada ponte entre os Ra'Angás (a essência divina), a Natureza física e a natureza humana, tecendo uma rede de interdependência Sagrada. Essa conexão é fundamental para uma vida humana mais equilibrada, aproximando-nos das forças do amor e da sabedoria, proporcionando a cura para os males mais profundos da nossa sociedade.

Não podemos ignorar, ainda, o papel essencial da mediunidade como canal primordial de comunicação entre a humanidade e as demais dimensões espirituais, facilitando o fluxo Divino que sustenta esse equilíbrio.

Por isso, precisamos registrar que não concordamos com as visões que frequentemente reduzem os sítios sagrados da Natureza a um mero recurso —algo que existe apenas para ser explorado, consumido e transformado em nosso benefício. Esse entendimento, amplamente difundido, coloca todo o meio ambiente como matéria-prima, como se seu único valor residisse na utilidade que têm para nós.

É preciso olhar para os sítios naturais como uma entidade viva e consciente, merecedora de respeito e proteção. A interação humana com esses locais, sob essa perspectiva, deve ser pautada pela reverência e pela consciência da presença dessas entidades Espirituais que zelam pela sua integridade e nos ajudam a vencer as forças do ódio, da ignorância, da vaidade.

Dados alarmantes revelam a gravidade da crise ambiental brasileira. Entre 2019 e 2022, o país perdeu, em média, cerca de 13 mil km² de floresta amazônica por ano, segundo o programa PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). No Cerrado — conhecido como a “caixa d’água do Brasil” por abrigar nascentes de oito das doze principais bacias hidrográficas do país — cerca de 70% da vegetação original já foi destruída, conforme estudo da Unicamp.

A Mata Atlântica, por sua vez, mantém apenas 12,4% de sua cobertura florestal nativa mais preservada, segundo o Atlas da Fundação SOS Mata Atlântica e INPE. Já o Pantanal, maior planície alagável tropical do planeta, enfrentou em 2020 os piores incêndios em décadas, com 30% de seu território consumido pelo fogo, de acordo com estudo publicado na revista científica Fire, liderado por pesquisadores do INPE.

A Caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, tem enfrentado uma intensa degradação nas últimas décadas. Segundo o MapBiomas, mais de 10% da vegetação nativa foi perdida nos últimos 37 anos, com modificações em cerca de 25,6% do território. A principal causa é a expansão da agropecuária,

especialmente o aumento de áreas de pastagem, que cresceu mais de 320% no Ceará desde 1985. Além disso, há um processo acelerado de desertificação, agravado por queimadas e perda de superfície hídrica — como no caso do rio São Francisco, que sofreu uma redução de 16,75% em sua cobertura de água.

O bioma Pampa, localizado majoritariamente no Rio Grande do Sul, é considerado o mais degradado proporcionalmente no Brasil. Entre 1985 e 2022, o Pampa gaúcho perdeu cerca de 2,9 milhões de hectares de vegetação nativa, o que representa uma redução de 30%. A conversão de campos nativos para cultivo de soja e silvicultura (especialmente píñus e eucalipto) é apontada como a principal causa dessa perda. A “arenização”, processo de empobrecimento do solo, também tem avançado, agravado pelas atividades econômicas. Hoje, menos de 47,3% da vegetação nativa está preservada, e apenas 3,3% do bioma está protegido por unidades de conservação.

As práticas econômicas predatórias – como o agronegócio expansivo, a mineração ilegal e a grilagem de terras – têm avançado sobre os territórios de povos tradicionais, indígenas, quilombolas e comunidades de pescadores, tratando-os com preconceito e violência. Esses grupos, que há séculos vivem em harmonia com a natureza, são vítimas de um modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro acima da vida, expulsando-os de suas terras, destruindo seus modos de subsistência, causando sofrimento e exclusão.

O cenário revela uma injustiça histórica: embora o Brasil obtenha ganhos com a exploração de commodities, é notório que empresas internacionais e países imperialistas acumulam lucros exponencialmente superiores, relegando ao país apenas uma fração dos benefícios. Ao mesmo tempo, os povos que protegem os biomas são sistematicamente marginalizados. Seus direitos constitucionais são violados, suas vozes silenciadas e seu futuro colocado em risco.

Para frear a destruição ambiental e garantir justiça social, é preciso respeitar os territórios tradicionais, combater a grilagem e o garimpo ilegal, e reconhecer que a verdadeira riqueza encontra-se na diversidade cultural e na preservação da natureza.

Não se trata de defender simplesmente a posse de suas terras, ou seus direitos legais ao território, mas sim de reconhecer seus saberes e suas práticas, seus conhecimentos milenares, em suma, suas culturas. Eles não são apenas os povos da floresta, nem a floresta é deles. Eles são os povos-floresta, já que em suas concepções de mundo, a natureza e eles são indissociáveis. Sem eles não há floresta, sem floresta não há futuro.

Também não podemos esquecer que a crescente privatização de áreas naturais – como cachoeiras, praias, matas e pedreiras – tem transformado espaços sagrados em mercadorias de luxo, negando o acesso às comunidades tradicionais e às diversas religiões de matriz africana, indígena e espiritualistas.

Esses locais, essenciais para rituais e manifestações religiosas, estão sendo cercados, vendidos ou controlados por empreendimentos turísticos e imobiliários, que os convertem em fontes de lucro, enquanto excluem quem ali mantém suas tradições há séculos.

Terreiros de Umbanda, Candomblé, Toré, Xambá, Jurema, Xamanismo, povos de terreiro, indígenas e praticantes de outras religiões não hegemônicas, enfrentam dificuldades crescentes para realizar seus cultos. As praias agora são vigiadas e proibidas; cachoeiras que antes abrigavam rituais de cura hoje são tratadas como atrativos turísticos; matas sagradas são derrubadas para dar lugar a condomínios de alto padrão.

A mercantilização da natureza não apenas viola o direito à liberdade religiosa, como também apaga a memória espiritual e cultural desses grupos. Esse processo configura uma expressão clara de racismo ambiental, conceito que denuncia como populações racializadas e comunidades tradicionais são sistematicamente excluídas do acesso aos bens naturais, ao mesmo tempo em que sofrem os impactos mais severos da degradação ambiental

O racismo ambiental não se limita à destruição física dos territórios sagrados — ele também se manifesta na negação simbólica do valor espiritual, cultural e político desses espaços. Ao transformar locais de culto em mercadoria ou zonas de exclusão, o Estado e o mercado reforçam desigualdades históricas e perpetuam a marginalização de saberes ancestrais e práticas religiosas não hegemônicas.

Essas práticas utilitaristas não apenas empobrecem a nossa relação com o mundo natural, mas também criam uma falsa separação entre os seres humanos e a Natureza, como se fôssemos entidades distintas, desconectadas e, quando não, opostas.

Lembre-se que a palavra "Natureza", tal como a entendemos hoje, é um termo de origem estrangeira, carregado de uma visão própria, sustentado por suas crenças, seus estatutos, enfim, sua cosmovisão. No entanto, esse termo não existe na língua boa, na língua trazida pelos Ancestrais Ilustres. Neste idioma sagrado, nem mesmo há um termo equivalente para tal signo.

Pois que, na nossa Tradição, quando vamos nos referir à Natureza, usamos o termo Yaci, palavra que também usamos quando nos referimos à nossa Mãe. A mãe é a primeira morada antes de cada encarnação, o abrigo primordial onde a vida se forma e se fortalece. Sua Essência se manifesta no acolhimento incondicional, no cuidado que antecipa as necessidades e no carinho que cura mesmo sem palavras. Ela é a guardiã do afeto, tecendo com paciência e dedicação os laços que sustentam a existência de seus filhos.

Portanto, cada vez que adentramos os sítios sagrados lembremos todos: estamos no colo da nossa grande Mãe.

Propostas para a Justiça Climática:

A crise ambiental que enfrentamos hoje, resultado da ação humana, é marcada por uma poluição desenfreada, pela destruição de biomas e pela aceleração das mudanças climáticas. Essa situação não só ameaça a biodiversidade do planeta, mas também coloca em risco modos de vida ancestrais. Os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Afro-Brasileira estão entre os mais impactados, pois suas práticas culturais, religiosas e de subsistência estão profundamente conectadas à natureza.

Essa relação é reconhecida no Decreto Federal nº 6.040/2007, que define esses povos como aqueles que “ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica” (BRASIL, 2007).

O sagrado dos Povos Tradicionais de Matriz Afro-Brasileira vem da união de vários elementos naturais, culturas, cores, sons, biomas, faunas e floras. Desta forma, unindo uma só energia cósmica elementar para o processo vital desses povos. A relação dos Povos e Comunidades Tradicionais com a natureza é destacada pelo Decreto Federal nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. “ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica”. (BRASIL, 2007). Essa relação e cosmovisão social ocorre dentro das Unidades Territoriais Tradicionais (UTT), conhecidas como (Terreiros – Roças). Tal decreto define: “Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”. (BRASIL, 2007).

Desta forma, reconhecemos também o valor da lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (inciso VI do artigo 4º da Lei Federal nº 9.985/2000), marco fundamental na proteção dos ecossistemas brasileiros, um instrumento essencial para a proteção da biodiversidade, especialmente em um cenário em que os ecossistemas enfrentam ameaças constantes, como desmatamento, queimadas, expansão agropecuária e exploração ilegal de recursos.

É fundamental que fóruns internacionais, como a COP30, reconheçam os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Afro-Brasileira como sujeitos de direitos ambientais coletivos e como guardiões de práticas educativas profundamente enraizadas na harmonia com a natureza.

Isso exige, como denuncia Silva (2021), não apenas políticas de proteção territorial e patrimonial, mas também o enfrentamento do racismo ambiental — uma forma de discriminação que marginaliza povos negros e indígenas, expondo-os a riscos desproporcionais.

Nesse contexto, defender os povos originários, assim como os de matriz africana, é defender a natureza. Preservar seus territórios e modos de vida é resistir à lógica da mercantilização ambiental e reconhecer a importância da espiritualidade, do corpo-território e da conexão com a terra.

Para enfrentar os desafios das mudanças climáticas que afetam os Povos e Comunidades de Matriz Afro-Brasileira e garantir uma justiça ambiental verdadeira, propõem-se as seguintes ações:

- Reconhecimento internacional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana como verdadeiros Guardiões do Clima;
- Inclusão dos negros e indígenas nas políticas públicas climáticas, nacionais e internacionais;
- Proteção legal e territorial dos terreiros, roças e matas sagradas;
- Incentivo à pesquisa e valorização dos conhecimentos ecológico-espirituais afro-diaspóricos;
- Combate sistemático ao racismo ambiental nas políticas de meio ambiente, urbanismo e cultura;
- Financiamento climático justo para comunidades tradicionais negras, quilombolas e de matriz africana;
- A criação de políticas públicas que levem em conta as desigualdades sociais e econômicas;
- A garantia do direito à participação das comunidades afetadas na tomada de decisão, concedendo voz ativa destas comunidades no debate socioambiental;
- A promoção da educação ambiental;
- A valorização do conhecimento tradicional das comunidades;
- Rejeição ao marco temporal, que representa uma grave ameaça aos direitos territoriais dos povos originários e tradicionais, negando sua ancestralidade e deslegitimando suas formas de ocupação e relação com a terra.

A luta por justiça climática não será completa sem reconhecer a relevância dos povos originários e negros tradicionais nesse enfrentamento. Os povos de matriz afro-brasileira não são meras vítimas da crise climática; são protagonistas com

Referências:

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, 2007.

IPCC. Relatório Síntese – Sexto Relatório de Avaliação (AR6). Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2023.

RIBEIRO, Renata. O Axé da Terra: Natureza, cosmopercepção e ecologia nos terreiros de Candomblé. São Paulo: Pólen, 2020.

RIVAS NETO, F. (Yamunisiddha Arhapiacha). Umbanda A Proto-Síntese Cósmica: Epistemologia, Ética e Método da Escola de Síntese. 1ª edição, Cidade: Ed. Pensamento, 1.989.

SANTOS, Júlio César. As Folhas Sagradas e a Crise Climática: Impactos ambientais nos cultos afro-brasileiros. Revista Brasileira de Estudos da Religião, v. 15, n. 2, p. 97-112, 2019.

¹O racismo está ligado completamente à reprodução da pobreza e toda forma de violência às comunidades tradicionais do Estado brasileiro. A Resolução Internacional número 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT e o Decreto Federal número 6.040 de 2007 não obtiveram avanços internacionais e locais. O racismo no Brasil, só avança.



**Centro de Estudos
Africanos e Afro-Brasileiros**
Dra. Nicéa Quintino Amauro

